

# COLETÂNEA UNIVERSITÁRIA FRUTOS DAS CIÊNCIAS CONTÁBEIS E GESTÃO PÚBLICA

Organizadores:

---

Alexandre Machado Fernandes

Frederico Fonseca da Silva

Paulinho Rene Stefanello

EDITORA  
FaCiência

The logo for FaCiência Editora, featuring a stylized red and black graphic element resembling a book or a flame, positioned to the left of the word 'FaCiência'.

Organizadores:  
*Alexandre Machado Fernandes*  
*Frederico Fonseca da Silva*  
*Paulinho Rene Stefanello*

# Coletânea Universitária: Frutos das Ciências Contábeis e Gestão Pública

EDITORA  
 FaCiência

Todos direitos reservados. Proibida a tradução, versão ou reprodução, mesmo que parcial, por quaisquer processos mecânicos, eletrônico, re-prográfico etc., sem a autorização por escrito do autor do artigo.

1ª edição - outubro de 2022

Registro de Direito Autoral DOI 10.29327/568045.1- (por artigo)

ISBN - 978-65-89779-05-6

Capa e Produção Editorial: *Ricardo Sterchele*

[www.frontis.com.br](http://www.frontis.com.br)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Coletânea universitária [livro eletrônico] :  
frutos das ciências contábeis e gestão  
pública / organizadores Alexandre Machado  
Fernandes, Frederico Fonseca da Silva, Paulinho  
Rene Stefanello. -- 1. ed. -- Curitiba, PR :  
Editora FaCiência, 2022.  
PDF

Vários autores.  
Bibliografia.  
ISBN 978-65-89779-05-6

1. Artigos - Coletâneas 2. Ciências contábeis  
3. Gestão pública I. Fernandes, Alexandre Machado.  
II. Silva, Frederico Fonseca da. III. Stefanello,  
Paulinho Rene.

22-124913

CDD-080

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Artigos : Coletâneas 080

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380



9 786589 779056

EDITORA  
 FaCiência

Rua Visconde de Nácar, nº 1.510; cj. 1003  
Centro - Curitiba / PR - CEP 80410-201

<https://www.faciencia.edu.br/editora-faciencia/>

## Sumário

<b>CAPÍTULO 1</b> O capital social como instrumento para o desenvolvimento do Vale do Ribeira (PR). . . . .	8
<i>Juliana Júlio Chaves</i> <i>Pedro Antônio Bittencourt Pacheco</i>	
<b>CAPÍTULO 2</b> Patrimônio de afetação e Regime Especial de Tributação (RET)	36
<i>Keith Dayanny Andrade Silva</i> <i>Sara Fernanda Dias</i> <i>Alexandre Machado Fernandes</i> <i>Frederico Fonseca da Silva</i> <i>Paulinho Rene Stefanello</i>	
<b>CAPÍTULO 3</b> Tributação no setor imobiliário baseado em contrato de promessa de compra e venda. . . . .	69
<i>Andrew Pereira Lima</i> <i>Paulinho Rene Stefanello</i> <i>Alexandre Machado Fernandes</i> <i>Frederico Fonseca da Silva</i>	
<b>CAPÍTULO 4</b> Análise comparativa dos custos na produção de morango . . . .	87
<i>Geovana M<sup>a</sup> Piano Martins Lucion</i> <i>Paulinho Rene Stefanello</i> <i>Frederico Fonseca da Silva</i>	
<b>CAPÍTULO 5</b> Escala de avaliação do contexto de trabalho da Delegacia da Mulher . . . . .	118
<i>Kamyla Frederico</i> <i>Paula Incote</i> <i>Frederico Fonseca da Silva</i> <i>Roberto José Medeiros Junior</i>	
<b>CAPÍTULO 6</b> Transtornos mentais em crianças e adolescentes em Fazenda Rio Grande (PR): . . . . .	147
<i>Daniel Martins do Nascimento</i> <i>Uriah Izayra Marcilio</i>	
<b>CAPÍTULO 7</b> Desafios para efetivar a gestão estratégica de pessoas na administração pública . . . . .	190
<i>Victor Rene Mazepas de Oliveira</i> <i>Frederico Fonseca da Silva</i> <i>Alexandre Machado Fernandes</i>	
<b>CAPÍTULO 8</b> Modelo de roteiro para implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) . . . . .	218
<i>Roberto Ari Guindani</i> <i>Bryan Oseni Poncio</i> <i>Eliézer Oklaiven Pain</i> <i>Frederico Fonseca da Silva</i> <i>Pedro Antonio Bittencourt Pacheco</i> <i>Alexandre Machado Fernandes</i>	

## CAPÍTULO 1

# O capital social como instrumento para o desenvolvimento do Vale do Ribeira (PR)

Juliana Júlio Chaves<sup>1</sup>  
Pedro Antônio Bittencourt Pacheco<sup>2</sup>

**RESUMO:** A pesquisa versa sobre o capital social como instrumento para o desenvolvimento do território do Vale do Ribeira. O estudo teve como objetivo mensurar a intensidade do capital social e a sua influência no desenvolvimento local. Para isso, foram utilizados os métodos qualitativos e quantitativos, a partir das técnicas Questionário Integrados para Medir Capital Social (QI-MCS) e Índice de Capital Social (ICS). A teoria base do estudo pautou-se nos seguintes tópicos: capital social, desenvolvimento local e a importância do capital social para o desenvolvimento local. A partir do levantamento teórico constatou-se que o capital social é um elemento propulsor na promoção do desenvolvimento local, a partir da formação de redes sociais colaborativas e de apoio mútuo da comunidade e de participação ativa nas instituições que atuam com os programas de desenvolvimento local. Assim, considera-se a gestão participativa eficiente para o sucesso e a continuidade das políticas

- 1 - Aluna concluinte do Curso de Pós-graduação Lato Sensu - Especialização em Gestão Pública - Habilitação em Gestão de Pessoas do Campus Curitiba do IFPR - Instituto Federal do Paraná. E-mail: julianajuliochaves@gmail.com
- 2 - Professor e Pesquisador do IFPR - Instituto Federal do Paraná, orientador do TCC apresentado ao Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Gestão Pública - Habilitação em Gestão de Pessoas do Campus Curitiba do IFPR - Instituto Federal do Paraná. Orcid 0000-0002-7547-8442. E-mail: pedro.pacheco@ifpr.edu.br

públicas regionais. Foram utilizadas técnicas de mensuração do capital social. Os resultados apresentados foram a partir das seis dimensões que compõem o questionário e mensurados através do indicador (ICS). Dentre as dimensões três apresentaram nível médio de ICS, são elas: Apoio Comunitário, Capital Social Estrutural e Capital Social Cognitivo e três apresentaram nível baixo de incidência de capital social, sendo: Redes e Organizações de Apoio Mútuo, Ação Coletiva Prévia e Perfil Organizacional. Com base nos resultados concluiu-se que o território possui ICS médio.

**Palavras-chave:** Capital social. Desenvolvimento Local. Vale do Ribeira.  
THE SOCIAL CAPITAL AS AN INSTRUMENT FOR THE DEVELOPMENT OF THE VALE DO RIBEIRA (BRAZIL)

**Abstract:** The research deals with social capital as an instrument for the development of the territory of Vale do Ribeira. The study aimed to measure the intensity of social capital and its influence on local development. For this, qualitative and quantitative methods were used, from the Integrated Questionnaire to Measure Social Capital (QI-MCS) and Social Capital Index (ICS) techniques. The base theory of the study was based on the following topics: social capital, local development and the importance of social capital for local development. From the theoretical survey, it was found that social capital is a driving force in promoting local development, from the formation of collaborative social networks and mutual support from the community and active participation in institutions that work with local development programs. Thus, participatory management is considered efficient for the success and continuity of regional public policies. Social capital measurement techniques were used. The results presented were from the six dimensions that make up the questionnaire and measured through the indicator (ICS). Among the dimensions, three showed an average level of ICS, they are: Community Support, Structural Social Capital and Cognitive Social Capital and three showed a low level of incidence of social capital, namely: Mutual Support Networks and Organizations, Prior Collective Action and Organizational Profile. Based on the results, it was concluded that the territory has an average ICS.

**Key words:** Social capital. Local Development. Ribeira Valley.

Dimensão Perfil Organizacional	As mudanças nas organizações em estruturas e propósitos são compartilhadas; as instituições recebem apoio externo para contribuir com o seu desenvolvimento; as organizações colaboram e participam ativamente; as organizações demonstram capacidade para conviver e resolver conflitos; as organizações possuem capacidade e competência para desenvolver projetos para desenvolvimento; as ações dos líderes colaboram para o desenvolvimento das instituições e organizações locais.
--------------------------------	--

FONTE: Adaptado de Andrade e Cândido (2008).

Conforme apresentado por Andrade e Cândido (2008), matematicamente, o Índice de Capital Social, se apresenta como:

ICS =  $\sum C_i$  - Somatório da contribuição das variáveis, expressa por:

$$C_i = \frac{\sum_{j=1}^n E_{ij}}{\sum_{i=1}^m \sum_{j=1}^n E_{\max,j}}$$

Onde:

$C_i$  = contribuição da variável "i" no índice de Capital Social;

$E_{ij}$  = escore da *i*-ésima variável obtida pela *j*-ésimo associado;

$E_{\max, i}$  = escore máximo da *i*-ésima variável;

$i = 1, \dots, n$ , número de variáveis;

$j = 1, \dots, m$ , número de assentados;

$n$  = Número de entrevistados;

$m$  = Número de variáveis.

De forma a quantificar o nível do capital social levantado pelo QI-MCS, adaptado por Andrade e Cândido (2008), foi aliado ao estudo, o Índice de Capital Social (ICS), adaptado também por Andra-

de e Cândido (2008), com intuito de obter um índice para as dimensões do capital social de determinada região.

Para análise do resultado do ICS, aliou-se os critérios propostos por Khan e Silva (2002), o que se classifica em três níveis de acumulação do capital social: baixo, médio e alto. Sendo:

- Baixo nível:  $0 < ICS \leq 0,5$
- Médio nível:  $0,5 < ICS \leq 0,8$
- Alto nível:  $0,8 < ICS \leq 1$

#### 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A mensuração da incidência de capital social do território do Vale do Ribeira, foi realizada a partir da técnica proposta por Andrade e Cândido (2008), adaptada a realidade local, conforme dimensões, variáveis e parâmetros abaixo discriminados.

A partir das respostas dos 8 pesquisados foram analisadas as seis dimensões, com 31 variáveis que as compõem. Os cálculos do ICS e os níveis de capital social do território do Vale do Ribeira estão apresentados no Quadro 2.

Quadro 2. Resultados do ICS do Vale do Ribeira

DIMENSÕES	ICS	Níveis de capital social
Apoio comunitário	0,7857	$0,5 < ICS \leq 0,8$
Participação das pessoas nas instituições locais.	0,1428	
Participação por gênero.	0,0892	
Participação por faixa etária.	0,1071	
Participação por estado de emprego.	0,0892	
Nível de organização da comunidade.	0,1071	
Mobilização das pessoas e/ou instituições para resolução de problemas.	0,1071	

A Tabela 3 demonstra o montante R\$ 2.161.655,33 de receita recebida no ano 2017. Aplicada a alíquota de 5,93%, foram apurados para o PIS (R\$ 14.050,76); COFINS (R\$ 64.849,66), CSLL (R\$ 23.345,88) e IRPJ (R\$ 25.939,86), não gerando base de cálculo para o IRPJ ADICIONAL. A soma total paga de impostos no lucro presumido no primeiro trimestre foi de R\$ 42.454,75; no segundo trimestre R\$18.514,03; no terceiro trimestre R\$ 24.554,56; e, no quarto trimestre, R\$ 42.662,82, totalizando no ano de 2017 o montante total de R\$ 128.186,16.

**Tabela 4. Apuração trimestral dos Impostos Federais apurados pelo Lucro Presumido - ano 2018**

REGIME DE CAIXA	RECEITA (R\$)	PIS (R\$)	COFINS (R\$)	CSLL (R\$)	IRPJ (R\$)	ADICIONAL (R\$)	TOTAL IMPOSTO (R\$)	ALÍQUOTA (%)
1º Trim.	1.356.896,39	8.819,83	40.706,89	14.654,48	16.282,76	4.855,17	85.319,13	6,287814
2º Trim.	1.759.850,24	11.439,03	52.795,51	19.006,38	21.118,20	8.078,80	112.437,92	6,387814
3º Trim.	1.136.173,40	7.385,13	34.085,20	12.270,67	13.634,08	3.089,39	70.464,47	6,287814
TOTAL	4.252.920,03	27.643,98	127.587,60	45.931,54	51.035,04	28.023,36	280.221,52	6,287814

Fonte: Dados da empresa adaptado pelos autores (2019)

A Tabela 4 demonstra que a receita acumulada até o terceiro trimestre do ano de 2018 foi de R\$ 4.252.920,03. Aplicada a alíquota 6,287814% (5,93% do presumido mais 0,357814% adicional de IRPJ), os cálculos apurados foram: PIS (R\$ 27.643,98), COFINS (R\$ 127.587,60), CSLL (R\$ 45.931,54) e IRPJ (R\$ 51.035,04), resultando ainda em um valor de R\$ 28.023,36 a título do IRPJ ADICIONAL. A soma total dos impostos pagos apurados pelo lucro presumido no primeiro trimestre foi de R\$ 85.319,13; no segundo trimestre R\$112.437,92; e no terceiro trimestre R\$ 70.464,47, totalizando acumulado do 1º ao 3º trimestre de 2018 o montante total de R\$ 280.221,52.

## 4.2. Cálculos dos impostos: RET

Se a empresa estudada tivesse aderido ao PA, a incorporação poderia ser submetida ao RET, o que poderia lhe proporcionar um benefício tributário “diferenciado” com a aplicação de uma alíquota

de 4% sobre as receitas de vendas e recolhimento mensal unificado em DARF conforme prevê a legislação pertinente. Contudo, para a apuração do PIS a alíquota seria 0,37%, do COFINS a alíquota de 1,71%, da CSLL 0,66% e o IRPJ a alíquota de 1,26%. Nesta modalidade não há incidência do adicional aplicado ao IRPJ.

A partir das informações levantadas sobre as alíquotas aplicáveis ao RET, com base na comparação dos dados, foram elaboradas as Tabelas 5, 6 e 7.

**Tabela 5. Apuração mensal impostos federais pelo RET ano 2016**

REGIME DE CAIXA	RECEITA (R\$)	PIS (R\$)	COFINS (R\$)	CSLL (R\$)	IRPJ (R\$)	TOTAL IMPOSTO (R\$)	ALÍQUOTA (%)
Março	299.772,14	1.109,16	5.126,10	1.978,50	3.777,13	11.990,89	4
Abril	67.830,66	250,97	1.159,90	447,68	854,67	2.713,23	4
Mai	102.834,14	380,49	1.758,46	678,71	1.295,71	4.113,37	4
Junho	34.833,10	128,88	595,65	229,90	438,90	1.393,32	4
Julho	205.466,14	760,22	3.513,47	1.356,08	2.588,87	8.218,65	4
Agosto	15.316,34	56,67	261,91	101,09	192,99	612,65	4
Setembro	27.506,47	101,77	470,36	181,54	346,58	1.100,26	4
Outubro	986,00	3,65	16,86	6,51	12,42	39,44	4
Novembro	89.420,18	330,85	1.529,09	590,17	1.126,69	3.576,81	4
Dezembro	53.588,66	198,28	916,37	353,69	675,22	2.143,55	4
TOTAL	897.553,83	3.320,95	15.348,17	5.923,86	11.309,18	35.902,15	4

Fonte: Dados da empresa adaptado pelos autores (2019).

A Tabela 6 representa a simulação dos tributos federais calculados sobre os recebimentos mensais da empresa no ano de 2016, através das alíquotas oferecidas pelo RET ano 2016. Simulado a aplicação da alíquota de 4%, foram obtidos resultados mensais de impostos, para o mês de Março R\$ 11.990,89, Abril R\$ 2.713,23, Maio R\$ 4.113,37, Junho R\$ 1.393,32, Agosto R\$ 612,65, Setembro R\$ 1.100,26, Outubro R\$ 39,44, Novembro R\$ 3.576,81 e Dezembro R\$ 2.143,55, totalizando no ano 2016 R\$ 35.902,15 utilizando a alíquota oferecida pelo RET



- FERRONATO, M. 2012. **O caso Encol. Entenda a grande lição para o mercado imobiliário.** Disponível em: <http://www.marketingimob.com/2012/02/o-caso-encol-grande-licao-para.html>. Acesso em: 24 de set. de 2018.
- FONSECA, J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. p.32 e 33.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.p.45.
- JESUS, M.L. **A incidência do ISSQN no segmento de construção e incorporação imobiliária.** Joinville: Univille, 2005.
- MALUF, C.A.D.; MARQUES, M.A.M.R. **O Condomínio Edílico no Novo Código Civil.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- MALHOTRA, N.K. (2004), **Pesquisa de Marketing: Uma orientação aplicada.** 4ª Edição, Porto Alegre: Bookman.
- MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos.** 7. ed. - 6. reimpr. São Paulo: Atlas: 2011.
- MARQUES FILHO,V.P.;DINIZ, M.L.C.(coord.). **Incorporações imobiliárias & patrimônio de afetação: Lei 10.931/04 numa abordagem interdisciplinar.** Curitiba: Juruá, 2005.
- PÊGAS, P.H.B. **Manual de Contabilidade Tributária.** 7ª. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2011.
- PRODANOV, C.C.; FREITAS, E.C. **Metodologia do trabalho científico métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale,2013.
- TEIXEIRA, P.J.; PANTALEÃO, J.M.; TEIXEIRA, G.J.M. **Construção Civil - Aspectos Tributários e Contábeis.** 4. Ed./2. Reimpressão. Porto Alegre: Alternativa, 2013.

## CAPÍTULO 3

### Tributação no setor imobiliário baseado em contrato de promessa de compra e venda

*Andrew Pereira Lima<sup>8</sup>  
Paulinho Rene Stefanello<sup>9</sup>  
Alexandre Machado Fernandes<sup>10</sup>  
Frederico Fonseca da Silva<sup>11</sup>*

**Resumo:** As incorporadoras quando celebram contratos de promessa de compra e venda das unidades negociadas na planta, surge a dúvida sobre qual o momento para o reconhecimento das obrigações tributárias referente aos impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS), decorrentes da operação. Neste cenário, este estudo teve como objetivo demonstrar qual é o momento em que ocorre o fato gerador da obrigação tributária de tais contratos. Por meio de um estudo de caso realizado em uma empresa do setor imobiliário localizada na cidade Uberaba (MG), foi

8 - Acadêmico concluinte do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, IFPR - Instituto Federal do Paraná, Campus Curitiba, ORCID <https://orcid.org/0000-0002-8116-495X>, E-mail: [andrew@eassessor.com.br](mailto:andrew@eassessor.com.br).

9 - Professor e Pesquisador do IFPR - Instituto Federal do Paraná. Mestre em Governança e Sustentabilidade. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-0010-1720>. E-mail: [paulinho.stefanello@ifpr.edu.br](mailto:paulinho.stefanello@ifpr.edu.br)

10 - Professor e Pesquisador do IFPR - Instituto Federal do Paraná. Mestre em Administração com Ênfase em Gestão e Organizações pela Universidade Federal do Paraná- UFPR. <https://orcid.org/0000-0002-1005-6169>. E-mail: [alexandre.fernandes@ifpr.edu.br](mailto:alexandre.fernandes@ifpr.edu.br)

11 - Professor e Pesquisador do IFPR - Instituto Federal do Paraná. Doutor em Irrigação e Meio Ambiente, <https://orcid.org/0000-0003-2817-6983>. E-mail: [frederico.silva@ifpr.edu.br](mailto:frederico.silva@ifpr.edu.br)

Também não são utilizados antes da plantação e durante a produção da cultura nenhum tipo de agentes químicos que possam prejudicar o solo ou nossa saúde.

Durante o preparo da terra são utilizados adubação verde e compostos orgânicos. Já com a muda em produção são apenas utilizados adubos com certificação do Ministério da Agricultura.

Na sequência foram calculados os materiais utilizados na preparação do canteiro antes da plantação, que incluem sistema de irrigação e gotejamento e lona para cobertura dos canteiros, que totalizou, em ambos os sistemas de plantio, para 10.000 mil mudas o valor de R\$ 2.050,00.

Os canteiros são elaborados como apresentado na Figura 3:



Figura 3. Sistema de canteiros plantação de morango

O último custo variável a ser calculado foram as mudas. Cada planta possui o valor de compra de R\$ 0,80, em média, e ambas são importadas do Chile.

Neste aspecto de custo, observa-se uma grande diferença nos métodos de produção, que impacta diretamente no resultado final. Enquanto no método de produção orgânica as plantas possuem uma vida útil de um ano, ao tempo que no método convencio-

nal, as mesmas produzem por até quatro anos. Portanto, quando calculamos os custos fazendo a comparação de um ano, o orgânico absorve o valor de compra das mudas integralmente, já no convencional este custo se dilui em quatro anos. Fazendo o comparativo para 10.000 mil plantas, temos o resultado de custo para ambas as modalidades como apresentado na Figura 4:

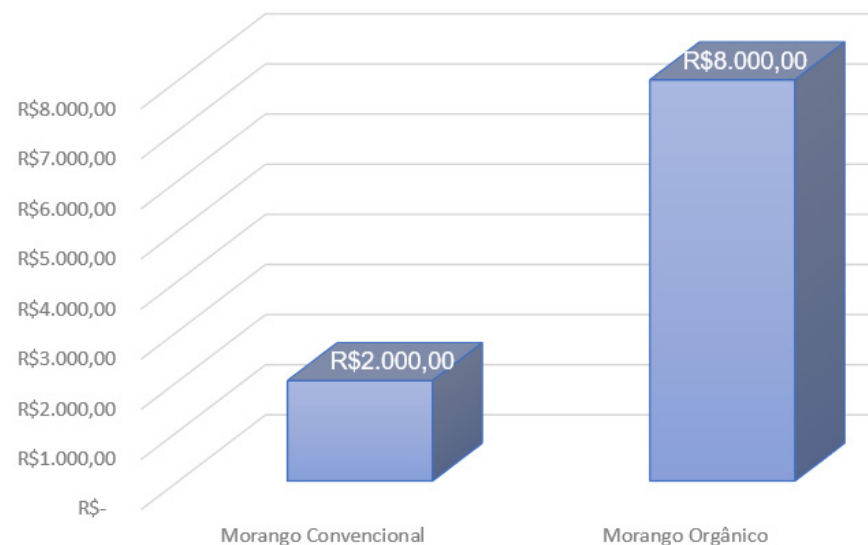


Figura 4. Custo das mudas de morango convencional e orgânico, em 12 meses

Passando para os custos fixos, para a realização do cálculo da mão de obra, foram questionados os respectivos custos.

Por se tratar de agricultura familiar, durante a entrevista, os produtores não souberam precisar o valor da mão de obra, relatando apenas as horas gastas no trabalho de cuidado dedicado à cultura do morango.

Desde modo, se utilizou o piso salarial 2017/2018 estabelecido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colombo, no valor de R\$ 1.223,20 e multiplicou o valor da hora, com embasamento neste salário, pela quantidade de horas de trabalho relatadas por ambos os produtores.

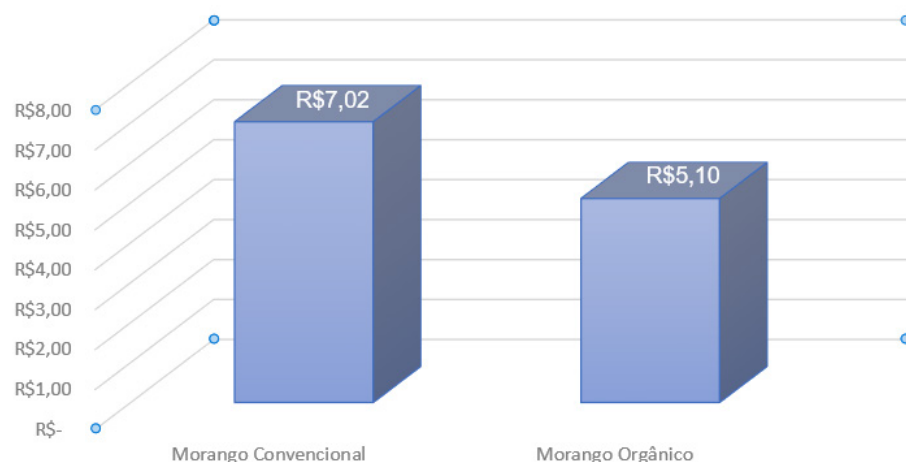


**Tabela 6. Quantidade produzida versus preço de venda em 12 meses**

	Quantidade Produzida	Preço de Venda
Morango Convencional	1,2 planta/planta	R\$ 10,00 cada caixa
Morango Orgânico	0,3 kg/planta	R\$ 8,00 cada bandeja

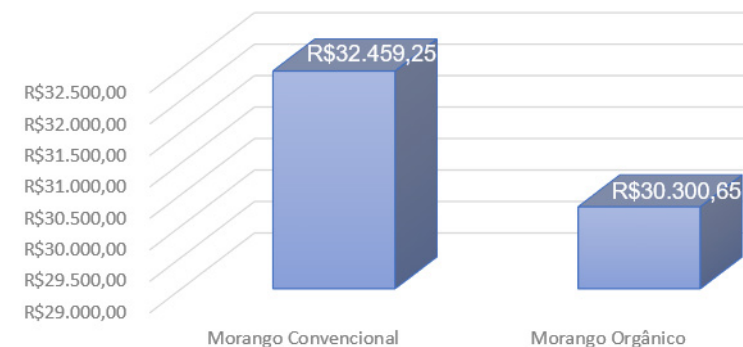
Não foram igualadas o preço em caixas ou bandejas, pois o que se busca analisar é a produção por planta anual. Justificando deste modo o valor mais baixo de margem de contribuição do morango, pois uma muda produz menos que o convencional.

Essa produção reduzida, na comparação do morango convencional pelo orgânico, pode-se justificar de acordo com as adubações utilizadas por cada técnica de produção, pois o método convencional, utiliza mais agentes químicos de adubação e estes mesmos agentes não possuem o mesmo critério de avaliação que os adubadores orgânicos, que devem ser certificados para o seu uso.



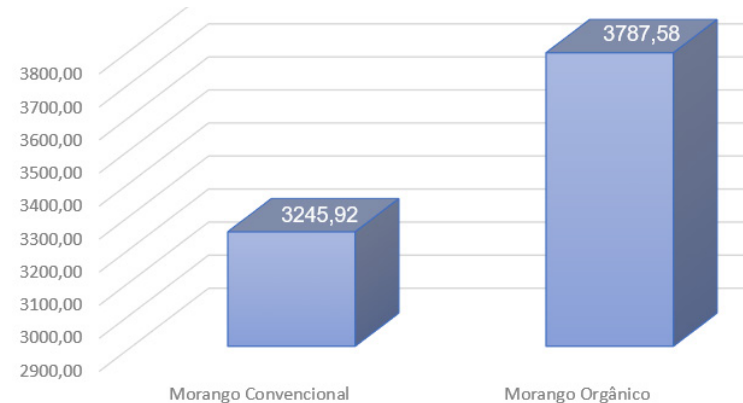
**Figura 6. Margem de contribuição unitária comparado pelo modelo de produção**

Os valores de ponto de equilíbrio em reais encontrados para os métodos de produção convencional e orgânica foram, respectivamente, R\$ 32.459,25 e R\$ 30.300,65. Segundo Bruni (2010) o ponto de equilíbrio contábil representa o volume de vendas e faturamento que determinada organização precisa obter para cobrir todos os seus gastos. Os resultados são apresentados conforme Figura 7:



**Figura 7. Ponto de equilíbrio (em reais) comparado pelo modelo de produção**

Os resultados encontrados para os métodos de produção convencional e orgânica foram no ponto de equilíbrio em quantidade de produção necessária, respectivamente, 3.246 quilos e 3.788, aproximadamente, como segue exposto na Figura 8:



**Figura 8. Ponto de equilíbrio (em quilos) comparado pelo modelo de produção**

- logia, Campinas, 28(2), 219-227, abril - junho. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v28n2/09>. Acessado em 01/04/2019.
- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2015). Disponível no endereço eletrônico: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=24610](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24610) Acessado em 15/04/2019.
- MAISSIAT, G.S.; LAUTERT, L.; PAI, D.D.; TAVARES, J.P. Contexto de trabalho, prazer e sofrimento na atenção básica em saúde (2015). RGE - Revista Gaúcha de Enfermagem. ISSN 0102-6933. V. 36, n. 2. Disponível no endereço eletrônico: <https://seer.ufrgs.br/RevistaGaucha-deEnfermagem/article/view/51128>. Acessado em 11/03/2019
- MENDES, J.R.L.; BITU, R.V.L.; NOBREGA M.P. A (in)efetividade da Lei Maria da Penha no município de Sousa-PB (2017). INTESA - Informativo Técnico do Semiárido (Pombal-PB), v 11, n 2, p 18. Disponível no endereço eletrônico: [file:///C:/Users/Windows/Downloads/4799-22943-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Windows/Downloads/4799-22943-1-PB%20(2).pdf). Acessado em 26/04/2019
- NOBRE, M.T.; BARREIRA C. Controle social e mediação de conflitos: as delegacias da mulher e a violência doméstica (2008). Sociologias, Porto Alegre, ano 10, nº 20, jul./dez. 2008, p. 138-163. Disponível no endereço eletrônico: <https://www.redalyc.org/pdf/868/86819551007.pdf>. Acessado em 02/05/2019
- O PODER JUDICIARIO DA APLICACAO DA LEI MARIA DA PENHA (2011). Disponível no endereço eletrônico: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao\\_civel/acoes\\_afirmativas/inc\\_social\\_mulheres/Diversos\\_Mulheres/O%20PODER%20JUDICIARIO%20NA%20APLICA%20C%87%20C%83O%20DA%20LEI%20MARIA%20DA%20PENHA\\_CNJ.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/inc_social_mulheres/Diversos_Mulheres/O%20PODER%20JUDICIARIO%20NA%20APLICA%20C%87%20C%83O%20DA%20LEI%20MARIA%20DA%20PENHA_CNJ.pdf). Acessado em 08/04/2019.
- PARANÁ. Decreto Nº 6.665 de 04 de novembro de 1985. Disponível no endereço eletrônico: [www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/decreto4884.pdf](http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/decreto4884.pdf). Acessado em 11/03/2019.
- PASINATO, W.; SANTOS, C.M. Mapeamento das delegacias das mulheres do Brasil. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 2008. Disponível no endereço eletrônico: <https://www.ces.uc.pt/nucleos/needa/documentos/MAPEOBrasil.pdf>. Acessado em 01/04/2019
- PMC - PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Casa da Mulher Brasileira de Curitiba atendeu 29 mil vítimas de violência (2019). Disponível no endereço eletrônico: <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/casa-da-mulher-brasileira-de-curitiba-atendeu-29-mil-vitimas-de-violencia/49502>. Acessado em 09/05/2019

- Regulamento e Estrutura da Polícia Civil do Estado do Paraná, 1978. Disponível no endereço eletrônico: [http://www.policiacivil.pr.gov.br/arquivos/File/DEAM/Normativas/DECRETO\\_4884\\_1978.pdf](http://www.policiacivil.pr.gov.br/arquivos/File/DEAM/Normativas/DECRETO_4884_1978.pdf). Acessado em 01/04/2019
- SALLES, M.C.P. PSICODINÂMICA DO TRABALHO E RISCOS DE ADOECIMENTO: A REALIDADE DE COLABORADORES DE UMA CENTRAL DE MARCAÇÃO DE CONSULTAS. Monografia. CEUB, Brasília (DF), 2014. 36 p. Disponível no endereço eletrônico: <file:///C:/Users/Windows/Desktop/0804/ARTIGOS%20EACT/CITACOES%20EACT/5%20%20PSICODIN%20C%82MICA%20DO%20TRABALHO%20E%20RISCOS%20DE%20ADOECIMENTO.pdf>. Acessado em 22/04/2019
- SANTIAGO, R.A. VIVÊNCIAS DE PRAZER E SOFRIMENTO NO TRABALHO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE. Dissertação. UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), 2016. 97 p. Disponível no endereço eletrônico: <file:///C:/Users/Windows/Desktop/0804/ARTIGOS%20EACT/CITACOES%20EACT/4-%20VIVENCIA%20DE%20PRAZER%20E%20SOFRIMENTO.pdf>. Acessado em 01/03/2019
- SANTOS C.M. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: Absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. Revista Crítica de Ciências Sociais, 89, Junho 2010: 153-170. Disponível no endereço eletrônico: [https://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097\\_RC-CS\\_89\\_Cecilia\\_Santos.pdf](https://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_RC-CS_89_Cecilia_Santos.pdf). Acessado em 08/05/2019.
- SILVA, L.P. Organização do trabalho e vivências de prazer e sofrimento no trabalho em delegacias de polícia do Distrito Federal. 2011. 39 f. Monografia (Especialização em Psicodinâmica do Trabalho) Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível no endereço eletrônico: <http://bdm.unb.br/handle/10483/3419>. Acessado em 08/05/2019
- SILVA, I.Z.Q.J.; TRAD, L.A.B. O trabalho em equipe no PSF: investigando a articulação técnica e a interação entre os profissionais - UNESP Interface (Botucatu) [online]. 2005, vol.9, n.16, pp.25-38. ISSN 1414-3283. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n16/v9n16a03.pdf>. Acessado em 06/04/2019
- SILVA, M.B. A efetividade da lei 11.340/2006 no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher (2007). Monografia. UTP, Curitiba (PR), 2017. 65 p. Disponível no endereço eletrônico: <https://tconline.utp.br/wp-content/uploads/2013/07/A-EFETIVIDADE-DA-LEI-11-340-2006-NO-COMBATE-A-VIOLENCIA-DOMESTICA-E-FAMILIAR-CONTRA-A-MULHER.pdf>. Acessado em 26/04/2019.